



FACULDADE CALAFIORI

**ALFABETIZAR LETRANDO NUMA VISÃO  
PSICOPEDAGÓGICA**

AUTORA: ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA

ORIENTADORA: ADRIANA REGINA SILVA LEITE

**São Sebastião do Paraíso – MG**

**2011**

# **ALFABETIZAR LETRANDO NUMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA**

**AUTORA: ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori – Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Pós Graduação em Psicopedagogia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>: Adriana Regina Silva Leite.

**São Sebastião do Paraíso – MG**

**2011**

**ALFABETIZAR LETRANDO NUMA VISÃO  
PSICOPEDAGÓGICA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

**AVALIAÇÃO: ( ) \_\_\_\_\_**

---

**Professor Orientador**

---

**Professor Avaliador da Banca**

---

**Professor Avaliador da Banca**

**São Sebastião do Paraíso – MG**

**2011**

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre.”*

*Paulo Freire*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a DEUS por me conceder a perseverança para finalizar este trabalho.

A todos meus familiares, meus pais, minhas irmãs, agradeço pela compreensão dos momentos ausentes e pelo amor e apoio dedicado.

A todos os professores, pela dedicação e entusiasmo demonstrado ao longo do curso.

Aos colegas de sala pelo companheirismo na troca de informações.

A professora Adriana por sua compreensão, dedicação, paciência e disponibilidade como orientadora.

Aos demais idealizadores, coordenadores e funcionários da Faculdade Calafiori.

A todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho, minha sincera gratidão.

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	8
RESUMO.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
<b>1- DEFININDO ALFABETIZAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1- Desenvolvimento atual da alfabetização.....	14
1.2 - Letramento.....	14
1.2.1- Alfabetizar letrando.....	16
1.3 - Leitura: considerações iniciais.....	17
1.4 - Professor : intermediador entre a aquisição da leitura e escrita.....	18
1.4.1- Formando um leitor.....	21
1.5 - Leitura: capacidades, conhecimentos e atitudes.....	22
1.5.1- Desenvolver capacidades de decifração.....	23
1.5.2 - Desenvolver fluência em leitura.....	24
1.5.3 - Compreensão de textos.....	24
1.5.4 - Leitura e escrita.....	27
<b>2- ESCRITA.....</b>	<b>29</b>
2.1 - Ensino da Língua Escrita.....	29
2.2 - Construção da Linguagem Escrita.....	30
2.3 - Apropriação do Sistema de Escrita.....	34
2.4 - Escrita e Linguagem.....	36

<b>3- UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA SOBRE O PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA.....</b>	<b>39</b>
3.1- Pressupostos da Psicopedagogia.....	39
3.2 - Dificuldades de Aprendizagem no Processo de Alfabetização.....	41
3.2.1 - Dislexia.....	41
3.2.2 - Disgrafia.....	41
3.2.3 - Discalculia.....	42
3.2.4 - TDAH.....	43
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>46</b>

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: As tarefas do professor numa concepção construtivista, comunicativa e textual da aprendizagem da leitura e da produção de textos.

Quadro 2: Referência para abordar a aprendizagem da leitura e escrita.

Quadro 3: Processos mentais de leitura e produção de texto.



## RESUMO

O presente trabalho baseou-se em uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de apresentar a alfabetização como um processo contínuo, sendo que, na maioria das vezes, não basta um ano para que a criança se alfabetize, ou melhor, faça uso social da língua. A prática pedagógica deve estar atenta às necessidades, individualidade e diversidade cultural de cada aluno no meio em que está inserido, de modo a construir uma aprendizagem significativa de forma autônoma e independente. Cabendo assim à escola investigar e proporcionar às crianças oportunidades para que desenvolvam suas potencialidades, respeitando o seu tempo e espaço. Com isso destaca-se o trabalho do psicopedagogo que, a partir desta investigação poderá contribuir com estratégias de aprendizagem que possam suprir e desenvolver os distúrbios relacionados às dificuldades de aprendizagem, desempenhando seu papel com credibilidade.

**Palavras chave:** Alfabetização. Letramento. Psicopedagogia. Dificuldades de aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

Apesar das diferenças conceituais entre alfabetização e letramento ambas estão relacionadas no momento em que a aquisição do código, da escrita e o seu desenvolvimento permitirão que a criança construa esquemas utilizando-se dos códigos para relacioná-los a uma função social, um objetivo.

Os educandos, aos poucos, vão descobrindo a importância da escrita e da oralidade no cotidiano, compreendendo sua função social.

No processo de alfabetização (aquisição dos princípios alfabéticos e ortográficos de codificação e decodificação), o aluno apropria-se do sistema de escrita em situações de aprendizagem que o levam a reflexão e construção de seu conhecimento, favorecendo práticas reais da leitura, escrita e letramento (processo de inserção e participação na cultura escrita) que se prolonga por toda a vida tendo a participação em práticas sociais.

A leitura é uma atividade de processo individual, mas quando inserida num contexto social envolve disposições atitudinais, capacidades relativas à decifração do código escrito, à compreensão e à produção de sentidos, em que se proporciona autonomia.

A escrita é considerada, desde as primeiras formas de registro alfabético e ortográfico até a produção autônoma de textos, como prática social. É por meio dela que se constroem os conhecimentos em contextos diferentes contribuindo para a evolução humana.

A psicopedagogia é o ramo da psicologia que se dedica à melhoria dos métodos educativos com base no estudo dos comportamentos infantis, assim como, nos atributos da mesma, tem sido possível ajustar estratégias educativas a este funcionamento das dificuldades de aprendizagem.

No primeiro capítulo, conceitua-se a Alfabetização com definição e desenvolvimento atual, aborda-se o Letramento, enfatizando o trabalho de ambos em conjunto. Também se aborda a leitura com o trabalho do professor sendo intermediador entre a aquisição da leitura e escrita e seu desempenho.

No segundo capítulo, enfatiza-se a escrita analisando seu ensino, sua construção, apropriação e sua parceria com a linguagem.

No terceiro capítulo, aborda-se uma visão psicopedagógica sobre o processo de leitura e escrita, conceituando os pressupostos da psicopedagogia, enfatizando suas dificuldades e o trabalho em si.

## **1-CAPÍTULO I - DEFININDO ALFABETIZAÇÃO**

Historicamente o conceito de alfabetização se identificou ao ensino-aprendizado do sistema alfabético de escrita, ou seja, na leitura a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos. (BATISTA et. al, 2008).

A partir dos anos 1980, foi ampliado com as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita, com os trabalhos de Ferreiro(1986) e Teberosky(1986). Segundo os estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduziria ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas (a decodificação e a codificação), seria um processo ativo em que a criança construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita. (ZACHARIAS, 2010).

Após a introdução da criança na escola, a alfabetização (voltada a um contexto sociocultural, histórico e econômico, no qual está inserido o sujeito em que a leitura e a escrita tenham um sentido real) é, sem dúvida, o momento mais importante da formação escolar

De acordo com Batista et. al (2008), a alfabetização passou a designar o processo não apenas de ensinar e aprender as habilidades de codificação e decodificação, mas também o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais de leitura e escrita, surge uma nova adjetivação para o termo alfabetização funcional: letramento. Utilizam alfabetização em seu sentido restrito, para o aprendizado inicial da leitura e da

escrita, da natureza do funcionamento do sistema de escrita, enquanto o termo letramento para designar os usos (e as competências de usos) da língua escrita.

São constantes as críticas realizadas ao sistema educacional brasileiro, devido ao alto índice de analfabetismo existente no país.

De acordo com Gurgel (2007, p.35 ) “Todo ano, um de cada seis alunos que entram na primeira série é reprovado. Outros 18% chegam a quarta série sem terem sido alfabetizados.” O fracasso no início da escolaridade refere-se aos aspectos sociais, políticos, econômicos , linguísticos, família, acessos aos meios de leitura e escrita.

Durante a alfabetização, aprende-se mais do que a escrever alfabeticamente. Aprendem-se, pelo uso, as funções sociais da escrita, as características discursivas dos textos escritos, os gêneros utilizados para escrever e muitos outros conteúdos. Nesse sentido, é necessário o professor elaborar uma intervenção que proporcione a aquisição, pelo aluno aprendiz, das duas dimensões que envolvem o processo de alfabetização: a compreensão de como funciona o sistema de escrita (no nosso caso, o alfabético) e suas regras de funcionamento (como se escreve); como e para que se compreende e se produz textos em diversos gêneros e com finalidades diversas.

A aprendizagem é um processo sempre mediado. No contexto escolar é o professor que inegavelmente possibilita, com sua mediação, a restrição do conhecimento do aluno, não permitindo assim seu avanço contínuo.

Segundo Cagliari (1997) *apud* Queiroga (2010):

Há várias perspectivas que norteiam o processo da alfabetização, a exemplo da abordagem psicológica que se direcionam as condições prévias para a aprendizagem da leitura e da escrita; da psicolinguística que caracteriza a maturidade linguística da criança; a sociolinguística que focaliza a alfabetização como processo vinculador aos usos sociais da língua destacando as diferenças dialetais, e, por outro lado, a linguística que concebe a alfabetização como um processo de transferência de forma sonora para a forma gráfica da escrita. Assim a criança terá não somente que compreender, mas entender os elementos da linguagem oral e escrita, apropriando-se desta nova aprendizagem. Neste processo é de fundamental importância e interação da criança com o meio.

Entende-se alfabetização como um processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabéticos e ortográficos que possibilita o aluno a ler e escrever com autonomia. Já letramento é o processo de inserção e participação na cultura escrita, que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade

(placas, embalagens, revistas, rótulos, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita.

Batista et. al (2008,p.13), ressalta “[...] a alfabetização e letramento são processos diferentes, cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis.”Sendo assim, não se trata de alfabetizar ou letrar; trata-se de alfabetizar letrando, proporcionando assim um vasto aprendizado ao aluno.

### **1.1 Desenvolvimento atual da Alfabetização**

De acordo com Ferreiro (2006), a concepção social do alfabetizado mudou; o que é cobrado de uma pessoa alfabetizada, hoje em dia, é bem diferente do que no século XX na década de 80.

Os usos sociais da escrita, no ponto de vista do mundo contemporâneo, têm uma complexidade cada vez maior. As situações de uso da leitura se tornaram muito frequentes e variadas. O que não muda é o tipo de cognição exigida pelo sistema de marcas que a sociedade apresenta em espaços variados e a instituição escolar é obrigada a transmitir, assim o problema da relação dessas marcas escritas e a língua oral continua sendo um mistério nos primeiros momentos da alfabetização.

Com isso surge uma mudança positiva quanto ao ensino, onde não se consideram as produções de crianças de quatro a cinco anos como tentativas erradas ou rabiscos, mas sim como uma espécie de escrita.

Pode-se dizer que estar alfabetizado hoje é poder transitar com eficiência e sem receio numa trama de práticas sociais ligadas à escrita, ou seja, trata-se de produzir textos que a cultura determina como adequados para as distintas práticas, interpretar textos de variados graus de dificuldades, etc.

Para Ferreiro (2006) “[...] se algo parecido com isso é estar alfabetizado, fica claro porque é tão difícil, não é uma tarefa para um ano, mais ao longo da escolaridade. ”

### **1.2 Letramento**

É na segunda metade da década de 80 que surge esse termo nos discursos de especialistas das Ciências Linguísticas e da Educação, como uma tradução da

palavra da língua inglesa *literacy*. Busca ampliar o conceito de alfabetização chamando a atenção não apenas para o domínio de ler e escrever, mas ao uso das habilidades (Soares, 2000).

De acordo com Batista et. al, (2008,p.11):

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever, bem como resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita.

Soares (2000) define a pessoa letrada como: aquele que além de saber ler e escrever usa socialmente a leitura e a escrita, respondendo às demandas sociais da leitura e escrita. Para tanto, faz-se necessário que a pessoa desenvolva o hábito de leitura de materiais básicos como jornal, revistas, propagandas, que podem ser usados com a função de letrar os indivíduos.

Perante isso, percebe-se que a alfabetização e o letramento tornaram-se necessários, pois o aluno passa a enfrentar uma nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever é preciso também fazer o uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente.

Segundo documento da UNESCO (1978), *apud* Soares (2000, p.1), uma pessoa é funcionalmente letrada quando pode participar de todas aquelas atividades no qual o letramento é necessário para o efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e também para capacitá-la a continuar usando a leitura a escrita e o cálculo para seu desenvolvimento e o de sua comunidade.

Para tal, deve-se propor, então, um ensino de língua que tenha o objetivo de levar o aluno a adquirir um grau de letramento cada vez mais elevado, isto é, desenvolver nele um conjunto de habilidades e comportamento de leitura e escrita que lhe permitam fazer o maior e mais eficiente uso possível das capacidades técnicas de ler e escrever. São variados os usos sociais da escrita e suas competências (como ler um recado simples e escrever um romance), é frequente levar em conta os níveis de letramento, e diferentes funções (para se distrair, para se informar e se posicionar), as formas em que as pessoas têm acesso à língua escrita com certa autonomia ou com a ajuda de alguém.

“Pois de nada adianta ensinar alguém a ler e escrever sem lhe oferecer ocasiões para o uso efetivo, eficiente, criativo e produtivo dessas habilidades [...]” (BATISTA et. al, 2008,p. 13).

### **1.2.1 Alfabetizar Letrando**

Entende-se como uma ação pedagógica adequada, aquela que contempla de modo articulado e simultâneo a alfabetização e o letramento, visto que com base nos estudos de hoje “alfabetizar letrando” exige que se democratize a vivência de práticas de uso da leitura e escrita e ajude o aluno a, ativamente, reconstruir essa invenção social que é a escrita alfabética.

Para isso, trata-se de alfabetizar letrando. Considerando que os alfabetizados vivem numa sociedade letrada onde a língua escrita está sempre presente de maneira visível nas atividades cotidianas.

De acordo com Batista et. al (2008) não se trata de refletir sobre os dois processos como uma sequência, um do outro, como se o letramento fosse um preparação para a alfabetização ou a alfabetização fosse condição indispensável para o princípio do processo de letramento e sim que ambos trabalhem em conjunto proporcionando uma aprendizagem satisfatória.

Conciliar esses dois processos pode ser um desafio que se coloca para os primeiros anos da educação fundamental, pois se deve assegurar aos alunos a apropriação do sistema alfabético-ortográfico e condições possibilitadoras do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita.

O processo de alfabetização ocorre durante toda a escolaridade e tem início antes mesmo da criança ingressar na escola, a princípio o professor precisa tomar por base o texto e não somente as palavras chaves, o texto deve ser elemento fundamental para inserir a criança no universo letrado.

Alguns exemplos de trabalho é a escrita espontânea, em que, além da mesma pode ser considerado também o trabalho com modelos que possibilitem às crianças compararem suas hipóteses com o convencional. Por meio de listas de palavras de um mesmo campo semântico (brinquedos, jogos prediletos, nomes dos alunos da sala, frutas, etc.) das parlendas e de outros textos, as crianças hoje



podem ampliar suas concepções e progredir na aquisição da base alfabética, como na compreensão de outros aspectos como a grafia correta das palavras etc.

Respectivamente, os diversos tipos de textos necessitam aparecer como objeto de análise, propiciando aos alunos diferenciá-los, conhecer melhor suas funções e características particulares. Assim, para que isto ocorra, é essencial que saibam interpretá-los e escrevê-los. O educador deve incluir em seu trabalho a expressão pessoal (bilhetes, cartas, diários, classificados, receitas, etc.), a qual deve vir acompanhada pela escrita de outros textos, inclusive com apoio de modelos.

O educador precisa garantir que as práticas escolares auxiliem o aluno a refletir enquanto aprende e a descobrir os prazeres e ganhos que se pode experimentar quando a aprendizagem é vivenciada como um meio para exercer a leitura e a escrita dos cidadãos letrados.

### **1.3 – Leitura: considerações iniciais**

Vigotsky (1996, p.40) vê “[...] leitura como um ato de reconstrução dos processos de produção”.

A leitura nunca é mera decodificação mecânica. Nos momentos em que a decodificação dos signos está presente, a leitura vem impregnada de sentido e predomina sobre o significado da palavra. As mudanças de sentido não atingem estabilidade do significado. As palavras adquirem sentido no contexto do discurso. Ao mudar de contexto, varia o sentido da palavra.

Durante muitos anos, acreditou-se, entre as massas (escola e população) que a leitura se baseava, apenas, na decodificação de códigos. Hoje, percebe-se a existência de diversos parâmetros para a leitura.

Assim, o PCN de Língua Portuguesa (1997) adota a prática de leitura dentro da sala de aula, ou seja, não uma simples decodificação, e sim uma junção de todos os elementos necessários para a leitura e interpretação do texto em si.

A leitura proporciona autonomia, consciência, muito além da junção de letras, da decifração de imagens. No intuito de desvendar as palavras, a leitura reflete indagações, interferências, inquietudes, transformação do leitor para que aconteça a modificação do contexto. A leitura é o testemunho de percepções e ações.

Além das condições descritas acima, são necessárias propostas didáticas orientadas especificamente no sentido de formar leitores. Por isso, é preciso atentar em possíveis soluções para o ensino, incluindo a leitura.

A leitura é, basicamente, o ato de perceber e conferir por meio de uma conjunção de fatores pessoais com o momento, o lugar e as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

Segundo o PCN de Língua Portuguesa (1997):

Em se tratando de leitura, ainda que no primeiro ciclo seja o momento de aprendizagem do sistema de notação escrita, as atividades precisam realizar-se num contexto em que o objetivo seja a busca e a construção do significado, e não simplesmente a decodificação. O leitor iniciante tem também uma tarefa não muito simples nas mãos: precisa aprender a coordenar estratégias de decifração, com estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação. Inicialmente, essa aprendizagem se dá pela participação do aluno em situações onde se leia para atingir finalidade específica, em colaboração com os colegas, sob a orientação e com a ajuda do professor.

#### **1.4 Professor: intermediador entre a aquisição da leitura e escrita**

O ato de ensinar é um processo em que o educador se desloca para aprender por meio da construção de um conhecimento que é realizado pelo educando, um sujeito ativo em todo o processo.

A concepção de aprendizagem como o processo de obtenção de conhecimento inerente à psicologia genética supõe que existam processos de aprendizagem do sujeito que não dependem dos métodos de ensino, e sim resultado da própria ação do sujeito.

Ressalta Ferreiro (2001, p.15) “[...] nenhuma aprendizagem conhece um ponto de partida absoluto, entretanto o sujeito é o próprio ponto de partida (de acordo com seus esquemas de assimilação) e não o conteúdo a ser abordado.”

Assim, o pedagogo deve levar em consideração os erros sistemáticos, não os erros por falta de atenção. O sujeito necessita de passar por períodos de erros construtivos, para que por meio dele adquira o conhecimento.

É necessário que haja uma distinção a respeito do conhecimento da criança, cuja origem é diferente, como conhecimento socialmente transmitido ou construções

espontâneas. Por meio dos conhecimentos provenientes do meio fica claro que se tratam de interações entre o indivíduo e o meio, onde quem impõe as formas e os limites de assimilação é o indivíduo. No entanto, a presença do meio é indispensável para a construção de um conhecimento cujo valor social e cultural não se pode esquecer. Não é possível descobrir por si mesmo certas convenções relativas à escrita. Este tipo de conhecimento é transmitido socialmente por aqueles que concedem valor a esse conhecimento.

Aprendizado não é só desenvolvimento, entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento que, de outra forma, seria impossível de acontecer. Assim o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.

Piaget (1961) vê o aluno como sujeito ativo de seu conhecimento. Diante da interação com o objeto, através de repetições, ocorre a assimilação do conteúdo, alterando esquemas mentais e acomodando estruturas, originando assim um novo esquema. A evolução cognitiva se dá por meio do equilíbrio indicando a mudança de estágio. A memória passa a ocupar um lugar importante no processo de aprendizagem, pois é através dela que o sujeito adquire novas aprendizagens fazendo antecipações e conservando o conhecimento adquirido.

Com isso o educador deve se preparar para suprir as faltas seja elas cognitivas, afetivas, sociais ou psicomotoras. O aluno chega à escola com desejo de aprender, mais do que já sabe. Ele tem fome de aprender, de saber, de falar, de ouvir.

Cabe ao educador manter esse desejo aceso. É no desejo expresso no ato de ensinar que o educador envolve o aluno em sua paixão por aprender: “Ensinar e aprender são movidos pelo desejo e pela paixão.” (FREIRE, 1998).

Toda educação deve levar o aluno a conhecer a realidade, o sujeito deve viver melhor, viver uma vida diferente. As pessoas se educam mediadas por um determinado objeto de conhecimento que é a própria realidade. Assim, acredita-se que não é possível ensinar sem aprender.

A aprendizagem só acontecerá com o envolvimento de ambos, educador e educando, como disse Freire não se educa transferindo conhecimento, mas sim criando possibilidades para sua produção ou construção.

O aluno não é um depósito para onde se remete informação; ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, em que se implica um pensar certo, que envolve movimento dinâmico e dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Para Freire (1998, p.12) “[...] ninguém educa ninguém, mas ao mesmo tempo ninguém se educa inteiramente sozinho.”

O quadro abaixo demonstra algumas tarefas, numa visão construtivista, do processo de aprendizagem de leitura e escrita:

<b>As tarefas do professor numa concepção construtivista, comunicativa e textual da aprendizagem da leitura e da produção de textos.</b>
<b>Crianças ativas e comunicativas que sejam leitoras e escritoras “de verdade”.</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criar, em sua classe e em seu estabelecimento escolar, as condições para a emergência de um meio acolhedor, estimulante e aberto, que favoreça a expressão, as inter-relações e as interações no interior e no exterior da escola.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aproveitar ou suscitar situações realmente funcionais de prática da língua (tanto orais quanto escritas), apoiando-se essencialmente em uma vida cooperativa dentro da classe e uma pedagogia de projetos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estimular o desenvolvimento da comunicação oral nas situações mais variadas possíveis, tanto no que se refere a seu objeto e ao que está em jogo quanto no que se refere ao tamanho dos grupos em questão.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fazer com que as crianças estejam em permanente relação com os mais numerosos e diversos tipos de escritos, tanto funcionais quanto de ficção (literários), nos vários locais onde se encontram escritos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estimular, desde a educação infantil, a leitura compreensiva e a produção de escritos integrais e de tipos diferentes, assim como a observação reflexiva da língua (suas características sonoras, ortográficas, lexicais, sintáticas e funcionais).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Organizar com os alunos e seus colegas projetos de ações educativas, nos quais se inscrevem e se articulam naturalmente projetos de aprendizagem pluridisciplinares.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Organizar regularmente atividades rigorosas de reflexão metacognitiva e metalingüística (observação reflexiva da língua).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Garantir a sistematização das aprendizagens, graças a elaboração de instrumentos concebidos como auxílios durante o curso e graças às atividades de reutilização e de reforço, necessariamente diferenciadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Organizar regularmente atividades de avaliação formativa (auto-avaliação e co-avaliação) e proceder a avaliações somativas que sejam coerentes com a pedagogia realmente praticada em sala de aula.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Facilitar a construção de percursos de aprendizagem coerentes (progressão de ciclos) e significantes (nos quais os alunos possa se orientar).</li> </ul>

**Quadro 1:** As tarefas do professor numa concepção construtivista, comunicativa e textual da aprendizagem da leitura e produção de texto.

**Fonte:** Jolibert e Sraiki (2008).

Essa abordagem de escrita e leitura é conquistada mediante um processo de reconstrução significativa para os alunos em especial ao primeiro ano do ensino

fundamental, sendo que a evolução de cada alfabetizando passa por níveis que se sucedem, interligam-se e se ampliam gradativamente.

De acordo com Jolibert e Sraiki (2008), as aprendizagens não constituem em si mesmas. O objetivo é, ao mesmo tempo, mais global e mais vital. Ele poderia ser assim enunciado: formar crianças que, ao longo e ao final de sua escolaridade, sejam autônomas, isto é, a partir de sua própria iniciativa, ler, dizer e produzir textos, simplesmente porque através da simples experiência de fazer terão igualmente o desejo e a possibilidade.

### **1.4.1 Formando um leitor**

Consciente, o leitor crítico é capaz de criar seu próprio significado e, também, autonomia para criar e recriar o seu pensamento, pois leitura é o processo pelo qual o leitor realiza um trabalho ativo de interação, compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que se sabe sobre linguagem. A importância da formação de novos leitores que sejam criadores e autônomos de suas interpretações e capazes de se guiarem por meio do seu interesse. Contrariando a ideia de que leitura é uma simples decodificação de códigos e repetição de fonemas. É importante desenvolver um trabalho que garanta ao aluno leitor, situações de aprendizagem voltadas para o caráter libertador do ato de ler.

Para Silva (1991), ser leitor é compreender situações para a formação cultural do indivíduo, ou seja, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas, em atividades que podem contribuir para a formação do sujeito e também determina a sua condição de atuante no seu meio sociocultural.

Assim, construir significado para o texto é tão somente compreendê-lo, tarefa que não se constitui com tanta facilidade em se tratando apenas da leitura de textos em sala de aula. Para tanto, faz-se necessário adotar práticas que priorizem em vez de fórmulas, o entendimento e a compreensão do que está sendo ensinado e conseqüentemente adote posturas que possibilitem fazer uso desse conhecimento na vida prática, uma vez que tão importante quanto aprender a compreender é utilizar essa compreensão para se tornar uma pessoa apta a exercer sua cidadania e a fazer parte do mundo e do mercado de trabalho.

## 1.5 Leitura: capacidades, conhecimentos e atitudes

Como prática social a leitura envolve atitudes, gestos e habilidades de um leitor, tanto no ato de ler propriamente dito, como no que antecede à ela e no decorrer.

De acordo com Batista et. al (2008), a pessoa demonstra conhecimentos de leitura quando sabe a função de um texto, revista ou jornal, quando localiza pontos de acesso à leitura como: bibliotecas, livrarias. Depois que o leitor realiza a leitura, esta irá determinar suas futuras escolhas. O gosto pela leitura de textos e livros é construído por alguns nos espaços familiares em sua convivência em que a escrita circula. Muitas vezes, cabe à escola dar essa oportunidade de leitura e incentivá-la. O adulto é um modelo que deve levar a criança perceber a importância e necessidade da leitura.

Nos dias de hoje, aparecem novos usos para a leitura e outras formas de ler, como exemplo está relacionado o uso do computador e com isso é preciso manusear a máquina e adquirir comportamentos como buscar informações, conversas em *chats* de bate papo, emails, etc. Esses comportamentos não estão restritos a um momento, idade ou ciclo, acontece durante todo processo de alfabetização. Essas capacidades devem ser introduzidas, trabalhadas e consolidadas todo o tempo, considerando o gosto e o desenvolvimento cognitivo da criança em relação à leitura de contos, histórias, notícias, poemas, piadas entre outros.

Para Curto et. al (2000), há diferentes maneiras de ler, elas são distintas pelos procedimentos pertinentes a cada uma delas. A leitura depende da situação (exemplo: o ambiente), do tipo de texto, da intenção do leitor (diversão, informação ou estudo) e da finalidade de sua leitura. Na escola, é recomendável diferenciar os procedimentos específicos em função dos usos e objetivos principais da leitura:

- 1- Localização e manejo de dados (textos enumerativos);
- 2- Comunicação e informação geral (textos informativos);
- 3- Estudos (textos expositivos);

- 4- Prazer e literatura (textos literários);
- 5- Para aprender fazer algo (textos prescritivos).

Existem alguns procedimentos gerais, comuns a todo tipo de leitura, que convém ensinar sempre na escola, em qualquer atividade de leitura, como exemplo o ambiente alfabetizador.

No entanto, de nada serve aprender a ler e escrever se depois não se utiliza tais habilidades. A escola deve propor e motivar situações agradáveis de leitura e escrita que tenham sentido por si mesmas, que se relacionam com os temas que despertam curiosidade e prazer nas crianças e lhes permitam autonomia na escolha sobre o que irão ler, e não apenas atribuir sentidos às suas produções, como também construir saberes diversos de forma contextualizada, garantindo seu envolvimento cognitivo e emocional na realização das atividades enquanto aprendem a ler e escrever.

### **1.5.1 Desenvolver capacidades de decifração**

A leitura deve ser feita de forma concreta, ou seja, tenha significado com o real para o leitor que deixará de ser objeto da leitura para se tornar sujeito ativo na construção do significado, seja ele de caráter explícito ou não. A leitura deve ser eficiente interligando leitor, autor e texto, por sua vez tende a ser uma análise crítica e interpretativa do ato de ler, compreensão esta que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na previsão do que se está lendo.

Tenha vista que, como disse Freire (2001, p.11), “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele [...]”. Por isso, educadores exercem papel primordial na formação de novos leitores.

Os itens a seguir mostram como desenvolver essas capacidades:

- Saber decodificar palavras

Para Batista et. al (2008), “[...] a decodificação é um procedimento utilizado pelo leitor para identificação das relações entre grafema (letras) e fonemas (som), um conhecimento essencial. Para leitores iniciantes a decifração é de letra por letra, identificação fonológica como sílabas e partes de palavras.”

Para o aprendiz essa análise é importante, pois a maioria das palavras escritas são novas.

- Saber ler reconhecendo globalmente as palavras:

Segundo Batista et. al (2008), o reconhecimento global de palavras ajuda o aprendiz a ler e compreender o todo, sem ficar restrito às partes, tem acesso imediato ao significado das palavras devido a várias referências como: memorização, associação. Com isso a análise dos componentes gera uma leitura rápida, pois o leitor não fica retido a letras, sons, entre outros. Isso acontece com palavras mais familiares e que aparece com frequência, o que ajuda na compreensão e atitudes do ato de ler.

### **1.5.2 Desenvolver fluência em leitura**

A capacidade de ler fluentemente e silenciosamente está associada ao desenvolvimento do conhecimento linguístico e da ampliação do vocabulário da criança, ao domínio progressivo das estruturas sintáticas da língua escrita e o aumento do conhecimento. Há importantes procedimentos de leitura que podem auxiliar na formulação de hipóteses sobre o texto e na compreensão do que se lê, como por exemplo: o reconhecimento global e instantâneo das palavras, leitura de frases, inferências realizadas antes da leitura, a previsão do texto, pistas textuais e não textuais (imagens e ilustrações) e o conhecimento prévio.

Para auxiliar no desenvolvimento da fluência em leitura citam-se alguns princípios gerais tais como: diminuir a quantidade de informação visual para apoio do leitor (leitura rápida, com fichas de palavras ou partes do texto), trabalhar o vocabulário e com estruturas sintáticas utilizadas em textos (não é ensinar análise sintática) para alunos iniciantes, mas fazer com que eles formem frases, ampliem sentenças.

Outro princípio é de aproveitar o conhecimento prévio do aluno para formular hipóteses sobre o texto a partir da leitura do título, partes, e por fim uma leitura em voz alta após uma preparação prévia. Para esta leitura a criança utiliza suas previsões e conhecimentos linguísticos.



### 1.5.3 Compreensão de textos

Ler com compreensão inclui a compreensão linear, a produção de inferências. A compreensão linear está relacionada à capacidade de reconhecer informações visíveis do texto e construir o “fio da meada” permitindo assim a apreensão dos sentidos (como em uma narrativa saber quem fez o que, como, onde, etc.). Outra capacidade para ler com compreensão é fazer inferências “ler nas entrelinhas” ou compreender os subentendidos, associando elementos diversos presentes no texto ou na vivência do leitor pra compreender informações ou inter-relações de informações pontuais presentes no texto e, assim, a produção de inferências irá possibilitar a compreensão global do texto, ou seja, a construção de sentido.

Compreensão é uma das capacidades que deve ser introduzida desde o primeiro ano do ciclo inicial, sendo trabalhadas sistematicamente e consolidadas. A gradação deve ser feita com base nas características dos textos lidos. O trabalho com a compreensão pode e deve ser iniciado antes mesmo dos alunos terem aprendido a decodificar e reconhecer globalmente as palavras.

Abaixo alguns itens para que essa compreensão ocorra de forma favorável:

- Identificar finalidades e funções da leitura, em função do reconhecimento do suporte, do gênero e da contextualização do texto:

Para que o aluno leia e compreenda, o professor deve proporcionar a familiaridade com gêneros textuais (histórias em quadrinhos, notícias, propagandas, anúncios, parlendas, narrativas, instruções de jogos etc.). É importante abordar as características gerais de cada um como: função, contexto, recursos linguísticos, proporcionando uma leitura autônoma, tirando proveito do que lê. O levantamento de dados deve situar o texto no contexto que foi produzido. A capacidade de reconhecer os gêneros textuais e identificar suas características facilita no processo de compreender o texto, pois orienta as expectativas do leitor (BATISTA et. al, 2008).

A leitura de um texto, seja ele escrito, seja oral, tende a ser um ato de comunicação, em que interlocutores comunicam-se entre si em situações diárias de interação. Diante disso, partimos, então, da necessidade de ensinar nossos leitores

a tal, a compreensão dos diversos tipos de textos é necessária para que possamos fazer uso da escrita e da leitura.

- Antecipar conteúdos de textos a serem lidos em função de seu suporte, se gênero e sua contextualização:

Ao iniciarmos uma leitura podemos antecipar muitas informações do texto. Para isso, busca-se o conhecimento prévio do aluno/leitor sobre o assunto para que ele levante hipóteses. Outro ponto bem relevante é o suporte (capa, orelha, título, editora...), gênero, função, recurso visuais os quais, através das expectativas geradas com a análise deste suporte, trará para a leitura uma antecipação e aproximação a respeito do assunto. Ao realizar um levantamento sobre as antecipações da leitura, vale ressaltar que o que se pretende é a busca de informações que servem de auxílio para a introdução do que será lido (BATISTA et. al, 2008).

Durante a leitura, o leitor iniciante poderá fazer a confirmação das antecipações levantadas antes da leitura do texto. A intenção nessa estratégia serve para auxiliá-lo a compreender todas as informações obtidas até o momento. O uso apropriado do dicionário ou inferência para aquelas palavras desconhecidas.

Para Barbosa (1994), o saber prévio e a antecipação tanto da forma como do conteúdo da escrita é essencial no ato de ler. Quando a leitura passa a ser um ato voluntário, o leitor utiliza todos os recursos visuais e não-visuais, num diálogo diante dos olhos, tornando-se meio de comunicação eficaz.

- Levantar e confirmar hipóteses relativas ao conteúdo do texto que está sendo lido

O envolvimento do leitor no levantamento e confirmação de hipóteses possibilita a compreensão que pode começar antes da leitura e desenvolver-se durante todo o processo. As previsões baseiam em elementos textuais, inter-relações entre leitor e textos conhecidos por ele) (BATISTA et. al, 2008).

O professor em sala de aula pode tornar explícito este procedimento, como por exemplo: interrompendo uma leitura e interrogando os alunos sobre o que irá acontecer, para que o aluno confirme as hipóteses produzindo o “fio da meada.”

- Buscar pistas textuais, intertextuais e contextuais para ler nas entrelinhas (realizar inferências), ampliando a compreensão:

Para Batista et. al (2008), em um processo de leitura pode-se esperar que o leitor caminhe por conta própria. No entanto, as habilidades precisam ser desenvolvidas de modo que o leitor seja autônomo na aquisição do sentido, na sua interpretação e entendimento.

- Construir compreensão global do texto lido, unificando e inter-relacionando informações explícitas e implícitas:

De acordo com Rocha (2007), a construção do sentido do texto tende a ser estabelecida durante a leitura, sendo que, com algumas estratégias de leituras desenvolvidas até o momento, será estabelecida uma pré definição sobre o que se trata o texto e sua estrutura desenvolvida. Portanto a interpretação não termina no fim da leitura, na decifração dos códigos gráficos. É necessário estabelecer uma relação com o que foi lido e entendido.

#### **1.5.4 Leitura e escrita**

A maior distinção entre a leitura e a escrita, é que, ao ler, a criança deve ajustar-se à intenção e ao pensamento do outro, ou seja, não depende exclusivamente de si mesma, necessita-se apoiar em conhecimentos ou indícios para captar o que está escrito; a quantidade e a qualidade do conhecimento marcarão o limite de suas possibilidades. Ao escrever, a criança realiza uma produção a partir de suas teorias e conhecimentos, no entanto seu pensamento organiza-se em contato com o que lhe é ensinado.

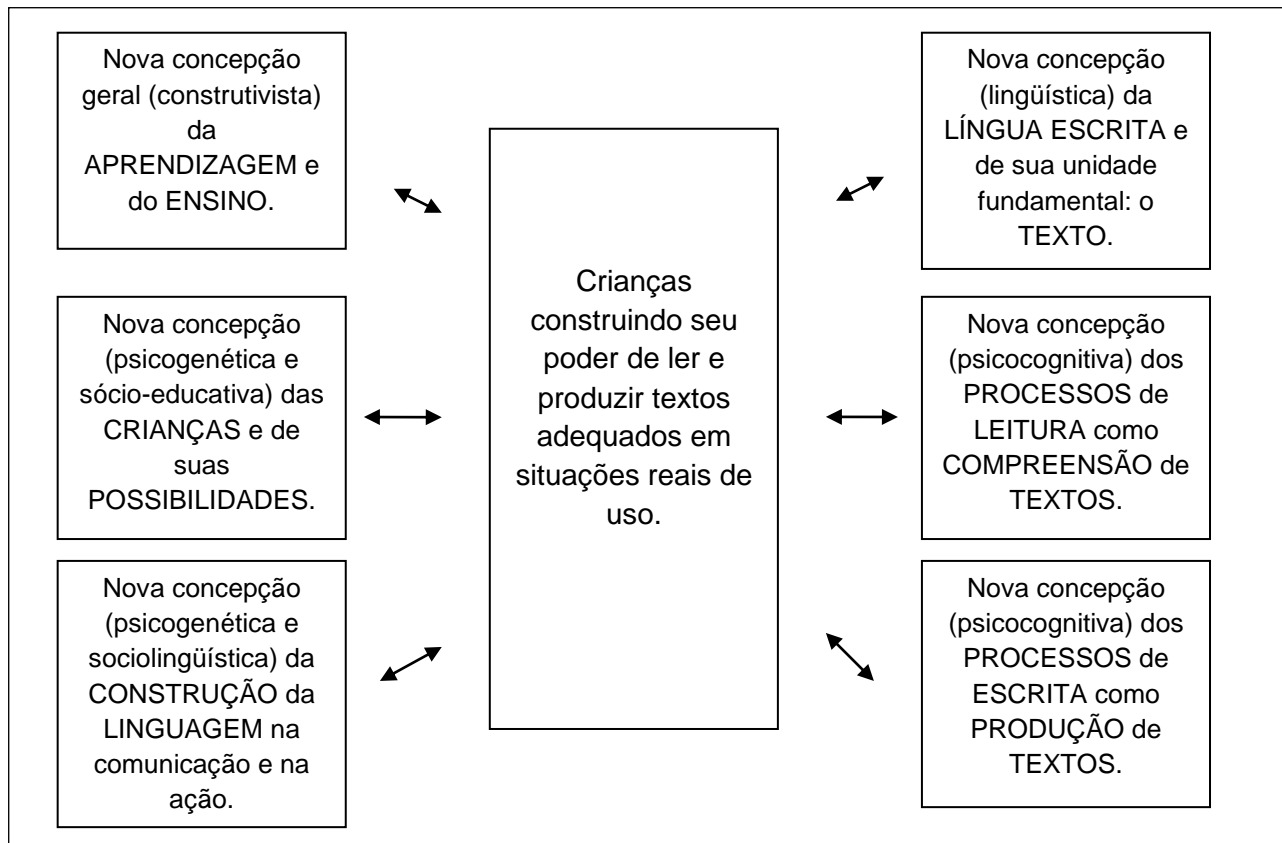
Para Curto et. al (2000), ler e escrever são atividades que servem para se comunicar, expressar idéias, experiências, opiniões, sentimentos, fantasias, realidades e ter acesso ao que os demais seres humanos ao longo do espaço e do tempo, viveram e sentiram. São instrumentos que servem para: lembrar, identificar, armazenar, comunicar, compartilhar sentimentos e emoções, participar, estudar, aprender, conhecer, aprofundar, conhecimentos...

Assim, pode-se analisar que não se aprende a ler e escrever memorizando a relação de letras e sons ou de exercitar coordenação motora, é preciso proporcionar desafios associando-os aos seus propósitos, banir exercícios mecânicos de caligrafia e silabação, fazendo com que professores e pais entendam o real sentido

do que é ensinar a ler e escrever e como os alunos aprendem sendo bases fundamentais da alfabetização.

Estas intenções ou finalidades com que se usa a linguagem escrita determinam também modos específicos de escrever e ler.

Neste quadro teórico há uma nova referência para abordar a aprendizagem da leitura e escrita:



**Quadro 2:** Quadro de referência para abordar a aprendizagem da leitura e escrita.

**Fonte:** Jolibert J. e Jacob J.(2006)

## **2- CAPÍTULO II - Escrita**

### **2.1 Ensino da língua escrita**

Para Batista et. al (2008, p.11)

A língua é um sistema que se estrutura no uso e para o uso, escrito e falado, sempre contextualizado. No entanto, a condição básica para o uso escrito da língua, que é a apropriação do sistema alfabético, que envolve, da parte dos alunos, aprendizados muito específicos, independe do contexto de uso, relativos aos componentes do sistema fonológico da língua e às suas inter-relações.

Isto é, as relações entre vogais e consoantes, tanto na fala quanto na escrita, são as mesmas, independentemente do gênero textual em que aparece, ou do contexto, se inter- relacionam segundo as mesmas regras, como em uma piada ou texto literário.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1986), para a criança aprender a ler e escrever é preciso desenvolver aptidões e habilidades como: lateralização espacial, discriminação visual e auditiva, coordenação viso-motora, boa articulação, quociente intelectual normal, equilíbrio emocional, etc. Assim esses fatores correlacionam para garantir uma boa aprendizagem.

Por meio do ato de ensinar, o processo desloca-se para o ato de aprender através da construção de um conhecimento que é realizado pelo educando, ele passa a ser ativo no processo de ensino aprendizagem, não absolvendo apenas o que é ensinado, a criança através da teoria de Piaget procura compreender o mundo que a rodeia e resolver as interrogações que este mundo provoca.

Segundo Freire (2001), “aprender a ler e escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.”

A alternativa por métodos e práticas deve gerar uma ação pedagógica que garanta à criança o acesso a leitura e escrita. É importante ressaltar que o processo de letramento não dispensa nem substitui o processo de alfabetização e vice-versa. Um dos desafios nas séries iniciais do ensino fundamental é o de conciliar processo de alfabetização e letramento, assegurando aos alunos a apropriação do sistema alfabético-ortográfico e condições possibilitadoras do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita. Entende-se que a ação pedagógica mais adequada e produtiva é aquela que contempla de maneira articulada e simultânea a alfabetização e o letramento.

Segundo Batista et. al.(2008), a língua é uma produção social, sua produção e reprodução são fatos do cotidiano, dentro de um espaço e tempo. Uma língua varia de acordo com o grupo social, seu poder aquisitivo, seu capital cultural, etc. Portanto, não podemos defini-la como um bem em comum entre todos os falantes, algo variável.

## **2.2 Construção da linguagem escrita**

A escrita se configura, na sociedade atual, como sendo uma ferramenta essencial para que o indivíduo, a partir do seu uso afetivo, possa se constituir com um cidadão mais participativo, capaz de agir com e sobre a linguagem escrita nas diferentes situações sociais em suas diferentes funções, que constituem sua natureza histórica social, visto desde o início de sua história, a escrita assume um papel fundamental nas sociedades atendendo às expectativas e necessidades do contexto sócio-econômico (BATISTA et. al 2008).

Nesse sentido, a escrita deve ser entendida como prática social a qual o sujeito utiliza como forma de interação e cujos objetivos são definidos de maneira intersubjetiva. É necessário, portanto, uma prática alfabetizadora que contemple as várias dimensões da escrita enquanto linguagem e, para além da alfabetização, configure-se como letramento.

Define Soares (1999) que o aprendizado da língua escrita envolve duas dimensões: o domínio do funcionamento do sistema de escrita, suas regras e convenções e o desenvolvimento de habilidades de produção e compreensão de textos escritos diversos.

Para definir se uma criança pode iniciar a aprendizagem sistemática, é necessário que possua um mínimo de maturidade que consiste em uma série de habilidades específicas suscetíveis, idéias de que a escrita é um código e que seu aprendizado é essencialmente de natureza percepto-motora. Segundo essa perspectiva, o ensino-aprendizado da língua escrita restringe-se ao treinamento de habilidades de ver, ouvir (discriminar sons e formas gráficas) e traçar, com movimentos coordenados, as letras, além de um bom quociente intelectual e de um mínimo de linguagem. Nesse caso, um dos pré-requisitos básicos para aprender a escrever seria o desenvolvimento das “prontidões”, entre elas, as habilidades motoras finas.

Partindo deste ponto, não se trata de criar uma lista de habilidades e nem definir o que falta à criança para receber o ensino, procura-se em evidência os pontos positivos do conhecimento (FERREIRO e TEBEROSKY, 1986).

A partir de acirradas discussões sobre qual seria o melhor método de ensino, surge a proposta analítico-sintética, que contemplava aspectos dos dois métodos. Parte-se, então de frases nas quais são destacadas palavras-chave que são decompostas em sílabas e letras, compondo-se novas palavras. Nesse caso, elege-se uma hierarquia de dificuldades do mais fácil para o mais difícil. Para tanto, a maioria dos professores tem, como subsídio, a cartilha, que tem origem nos silabários do século XIX e que, consiste em um pré-livro destinado a um pré-leitor. As cartilhas apresentavam ao aluno um universo muito limitado de leitura. Os pretensos “textos” apresentados, no geral, são restritos a frases curtas e soltas sem nenhum encadeamento, como também nenhuma relação de sentido com a realidade linguística vivida pelo aluno (BARBOSA, 1994).

Na perspectiva de compreender essa problemática, muitos estudos foram desenvolvidos nas últimas décadas. Entre eles destacam-se os de Ferreiro e Teberosky (1986). Apoiadas na Psicologia Gênética de Piaget, as autoras concentram suas investigações sobre a alfabetização na Psicogênese da língua escrita, ou seja, nos processos que originam a aprendizagem individual da escrita. Analisando a evolução da escrita pela criança, as autoras enfatizam que se trata de um processo que envolve a ação do sujeito sobre o objeto do conhecimento, implicando construção de conceitos específicos acerca do objeto de conhecimento, no caso, a língua escrita, em sua natureza simbólica. Nesse sentido, uma das primeiras problemáticas que a criança enfrenta ao se defrontar

com a língua escrita como objeto de conhecimento, é compreender o que a escrita representa e de que forma se configura essa representação. Portanto, é um aprendizado que envolve elaboração de conceitos e não somente treinos de percepção e movimentos. De acordo com as autoras, é no contato da criança com situações de leitura e escrita que lhe possibilita reflexões a respeito desse objeto, o que acontece, principalmente nas sociedades urbanas “letradas”, antes do ingresso da criança na escola que ela irá progressivamente, construindo esses conceitos.

Deste modo, o ambiente extra-escolar (em casa ou na rua) em que a leitura e a escrita fazem parte do cotidiano das pessoas, possibilita a participação das crianças ou aprendizes em práticas de leitura e escrita em contextos reais. Em atividades como leitura de jornais, revistas, bulas de remédios, ou ainda leitura para obtenção de informações diversas, como também a utilização da escrita em várias ações do cotidiano, como preencher cheques ou escrever documentos, cartas, confeccionar listas de compras, etc. Assim, mesmo as crianças que vivem em ambientes com menor grau de letramento, possuem algum conhecimento sobre a língua escrita, uma vez que a comunidade ou grupo da qual fazem parte, integra uma sociedade letrada, na qual se pode observar, ainda que com menor diversidade e/ou intensidade, a escrita nas ruas por meio de placas, *outdoors*, faixas ou mesmo em rótulos e embalagens de diferentes produtos (BATISTA et. al., 2008).

Através da reflexão da criança sobre os escritos que vê, ela começa a construir os conceitos que, Ferreiro (1984) são fundamentais ao aprendizado da escrita:

- O que é e para que serve a escrita;
- O que a escrita representa;
- Como ela representa.

É na construção desses três conceitos, conforme Ferreiro e Teberosky (1986), se identificam níveis evolutivos do pensamento da criança:

- **Nível pré-silábico:** quando, inicialmente, a criança começa a estabelecer a distinção entre desenhar e escrever, já percebendo que a escrita é uma representação, mas não identificando o que ela representa. Suas primeiras tentativas são produzidas como pseudolettras, passando a, posteriormente, utilizar



letras buscando, gradativamente, construir critérios de quantidade e qualidade das letras utilizadas.

**-Nível silábico:** o que marca a passagem para esse nível conceitual é a percepção pela criança/ aprendiz de que a escrita representa os sons da língua oral, passando a pensar que cada sílaba pode ser representada por uma letra. Essa fase pode ser dividida em dois subníveis: silábico sem valor sonoro (quando se acredita que os números de letras correspondem aos sons silábicos sem, no entanto, estabelecer correspondência entre som e valor sonoro da letra) e silábico com valor sonoro (quando, aprende o valor sonoro convencional das letras, passa a realizar correspondência entre o som e a grafia, ainda que silabicamente).

**-Nível alfabético:** a criança/aprendiz constrói o conceito de que, na nossa escrita, que é do tipo alfabético, a representação se faz em uma relação de um grafema (letra) para cada fonema – menor unidade de sons da palavra falada. Analisa então a composição de cada sílaba e buscando correspondência entre letras e grafias. A criança já entende, então, que as sílabas podem ser compostas de uma, duas três ou mais letras.

Segundo Vigostsky (1984, p.73) mesmo ainda não dominando “[...] esse domínio é o culminar na criança, através de um longo processo de desenvolvimento de funções comportamentais complexas [...]”.

Para o autor, a linguagem escrita consiste em um processo complexo constituído de um sistema de signos, os quais simbolizam a linguagem falada. Dominar esse sistema consiste em adquirir um novo e importante instrumento auxiliar na organização do pensamento e impulsor da memória como resgate de informações.

Para Vigostsky (1984, p.74), a escrita se compõe de “[...] um produto cultural construído ao longo da história da humanidade.” Sua obtenção tem início antes da criança entrar para a escola, através de seu contato com o meio social.

Trata-se de uma apropriação gradativa em que a criança, por meio da imitação e da mediação de adultos ou outros – leitores e escritores - em situações de uso afetivo da leitura e da escrita, constroem informações a respeito da escrita, concebida pelo autor como uma nova e complexa forma de linguagem. Portanto, as atividades de escrita que têm como objetivo ensinar à escrita deve ser significativo para a criança, e relevante para sua vida. VIGOSTSKY, (1984).

## 2.3 Apropriação do sistema de escrita

De acordo com Batista et. al (2008), as capacidades linguísticas, conhecimentos e atitudes que os alfabetizados adquirem no primeiro ano do ensino fundamental não acontecem de uma maneira estreitamente sequencial e sim simultaneamente, uma contribuindo para a aquisição de outras, tratam-se de capacidades interligadas, essenciais no domínio do sistema de escrita, sua abordagem em sala de aula deve ser concomitante, variando a ênfase e o grau de focalização.

Assim, para Batista et.al (2008), essas são as principais para o desenvolvimento da criança:

1. Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (sistemas de representação):

Em momentos iniciais da alfabetização, um dos aspectos fundamentais é a distinção entre formas escritas e outras formas gráficas de expressão como: letras e desenhos; letras e rabiscos; letras e números; letras e símbolos gráficos (com setas, asteriscos, sinais matemáticos que precisam ser introduzidos, trabalhados e consolidados).

Para Ferreiro e Teberosky(1986, p.21) “as características específicas da escrita se convertem em observáveis ao mesmo tempo em que se incorporam como variáveis necessárias dentro do sistema.” Ou seja, a diferenciação entre escrever e desenhar leva em consideração os resultados e a utilização de recursos para diferenciar significados: a variação nas grafias se entende e desenvolve as considerações qualitativas, utilização de letras diferentes (impresa, cursiva, etc.), alteração da posição das grafias na ordem linear.

2. Dominar convenções gráficas:

Elas devem ser introduzidas, trabalhadas objetivando a consolidação. O sistema de escrita português precisa ser compreendido pelos alfabetizados que consiste em:

- a) compreender a orientação e o alinhamento da escrita da língua portuguesa:

No começo da alfabetização, uma informação importante que deve ser compreendido pelos alunos é de que os símbolos da escrita seguem princípios de organização como: direção da leitura da esquerda para direita, de cima para baixo. A

sequência das letras nas palavras e das mesmas nas frases obedece a uma ordem de alinhamento e direcionamento como regra geral. A compreensão deste início convencional básico envolve a ordenação das letras nas palavras (BATISTA et. al 2008).

Surgem, assim, com as necessidades sociais, alguns gêneros de texto que modificam a orientação convencional, exemplo: gráficos, tabelas, rótulos, em que os alunos devem perceber a aprender a lidar com essas distinções em suas práticas cotidianas, obtendo autonomia na construção do conhecimento da cultura escrita.

b) compreender a função da segmentação dos espaços em branco e da pontuação no final da frase:

Para o aprendiz, as marcas para delimitar as palavras e as frases não são precisas e naturais, precisam ser ensinada pelos educadores por meio de leituras em voz alta, oral, solicitação de participação para que defina as diferenças entre a escrita e a fala, importante para o domínio da ortografia, pontuação e paragrafação.

O aluno deve perceber e compreender a diferença entre a linearidade (som depois de som, letra após letra) na fala e na escrita. De modo geral os enunciados da fala sugerem aos ouvidos uma cadeia contínua. Ao falar, articula-se consoantes e vogais com o foco na comunicação diante de um contexto marca-se a sequência sonora com ritmo, entonação enfatizando palavras ou expressões, enquanto que na escrita, escrevem-se palavras por inteiro seguindo as convenções gráficas e separadas por espaço em branco.

Para Batista et. al (2008) a delimitação das palavras por espaços em branco, bem como a delimitação das frases ou parte das frases por sinais de pontuação (pontos e vírgulas) e a delimitação de conjuntos de frases pela paragrafação: tudo forma uma convenção que foi adotada tardiamente na história da escrita.

Reconhecer unidades fonoaudiológicas como sílabas, rimas, terminações de palavras, etc.:

Para Batista et. al (2008, p.35) “[...] para aprender a ler e escrever com autonomia, o requisito indispensável é ser capaz de operar racionalmente com unidades sonoras de apreensão mais difícil – os fonemas – e com as complexas relações entre os fonemas e o modo de representá-los graficamente.”

Assim, Batista et. al (2008) cita que no primeiro ano do ensino fundamental deve-se criar situações para que as crianças prestem atenção à pauta sonora da língua, operando com unidades do sistema fonológico.

Existem muitas atividades que exploram as unidades fonológicas e seus segmentos sonoros (sílabas, começos ou terminações de palavras e rimas), exemplos: cantigas de rodas, poemas, listas, etc.

## 2.4 Escrita e linguagem

Avanços nas ciências da linguagem, também proporcionaram uma nova configuração das concepções de linguagem e ensino aprendido da língua. A linguagem, tanto na modalidade oral quanto na escrita, passa a ser entendida como sendo um discurso em que interlocutores reais atuam num contexto sócio-histórico e ideológico, por meio do estabelecimento de relações de sentido.

“A linguagem é considerada um lugar de interação humana, comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em dada situação de comunicação, em um contexto sócio-histórico ideológico.” (TRAVAGLIA, 1986 p.18).

Assim, a concepção de escrita enquanto linguagem envolve as dimensões de sistema de representação, atividades simbólicas, constitutivas e comunicativas. Enquanto prática discursiva, a linguagem é entendida como uma atividade a qual se aprende enquanto se realiza e se vivencia. Os alunos aprendizes da escrita devem ser considerados interlocutores que interagem mutuamente. O ensino da escrita deve proporcionar a estes a compreensão, além das regras de funcionamento do sistema alfabético, dos modos de produção, de diferentes tipos de textos, os quais devem ser construídos nas relações sociais dentro de um todo dirigido a alguém com uma finalidade.

Segundo Soares (1999, p.80), “[...] a apropriação do sistema de escrita e o desenvolvimento das habilidades de produção de textos são faces indissociáveis do ato de aprender a ler e a escrever.”

De modo a partir dessa concepção, o aluno aprendiz pode e precisa se apropriar do sistema de escrita através do uso efetivo da linguagem, desde o início de sua alfabetização sistemática. Portanto, é necessário que o professor conheça tanto os processos dos quais o aprendiz se apropria do sistema de escrita, como também acerca do desenvolvimento das habilidades textuais e, assim, promova situações que permitam um aprendizado da escrita como produção e prática discursiva interativa.

Geraldi (1997), a produção textual deve ser o ponto de partida do processo de ensino aprendizagem da língua, uma vez que esta é manifesta em sua totalidade através do texto, seja como conjunto de formas ou como discurso.

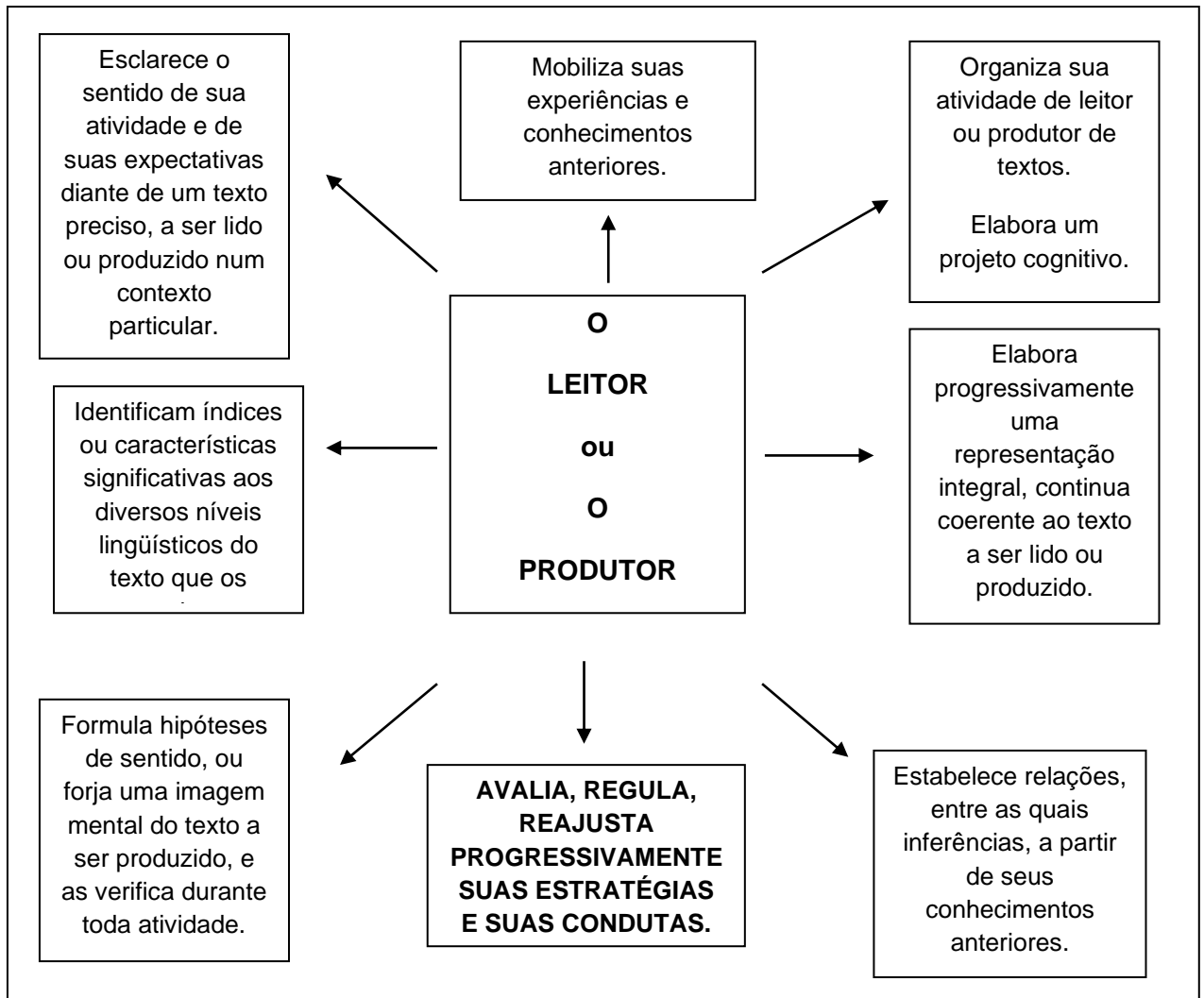
Conforme o autor, o texto é considerado a concretização do próprio discurso, no qual sujeitos concretos produzem discursos em uma situação de interlocução, deixando marcas intersubjetivas e influenciadas pela cultura do contexto-histórico. Assim, para ser produzido um texto, é necessário que o autor possua : o que dizer, um motivo para dizer, interlocutores reais, um sujeito que fala, que enuncia e estratégias de como dizer.

Com isso, pode-se dizer que a língua escrita deve ser produzida com um objetivo, o de visar à formação de um praticante competente, o qual a utilizará como instrumento de interação, reflexão e ação. Para tanto, a sala de aula deve se transformar num espaço de interlocução, onde para aprender a escrever, o que se produz são textos, em cujo processo de produção se desenvolva e ao mesmo tempo aconteça o aprendizado da escrita, sobretudo seus usos e funções.

De acordo com Jolibert e Sraiki (2008), para cada texto e cada sujeito (leitor e escritor), há situações de aprendizagem que podem originar desafios cognitivos, que lhes permitem uma investigação ativa e uma reflexão de sua construção, compreensão e produção de um texto.

Com essa perspectiva, o aprendizado não se resume ao domínio do padrão culto, pois há circulação de textos com outras variedades linguísticas, etc. Aos conhecimentos e interesses dos leitores e ao suporte em que o texto será difundido.

Com isso o esquema a seguir demonstra os principais processos mentais de leitura e produção de texto:



**Quadro 3:** Processos mentais de leitura e produção de texto

**Fonte:** Jolibert e Sraiki (2008)

## **3 - CAPÍTULO III - UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA SOBRE O PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA**

### **3.1 Pressupostos da Psicopedagogia**

De acordo com Bossa (2000), a psicopedagogia nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem e se tornou uma área de estudo específica que busca conhecimento em outros campos e cria seu próprio conceito de estudo.

A psicopedagogia teve uma grande influência da Argentina, pois no país a formação de psicopedagogo acontece por meio da graduação da mesma com duração de cinco anos. O psicopedagogo é formado, desse modo, para atuar tanto na área educacional como na área da saúde. Já no Brasil acontece por meio de cursos de pós-graduação.

No Brasil a psicopedagogia enquanto área de atuação é sustentada por referenciais teóricos, ou seja, uma *práxis* psicopedagógica. É reconhecida academicamente por meio das produções científicas, materializadas em teses e publicações organizadas pelo órgão de classe Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). Sua formação é realizada em cursos de especialização em universidades públicas e privadas.

Segundo o código de ética e estatuto da ABPp (2000), a psicopedagogia tem por definição o trabalho com a aprendizagem, com o conhecimento, sua aquisição, desenvolvimento e distorções.

A psicopedagogia se resume no estudo do processo de aprendizagem e suas dificuldades, tendo, assim, um caráter preventivo e terapêutico. Procurando não atuar apenas no âmbito escolar, mas juntamente com a família e a comunidade, e

esclarecendo sobre as distintas etapas do desenvolvimento, para que a escola possa compreender e entender as características do aluno para que se evitem cobranças de atitudes ou pensamentos que não são da idade.

A psicopedagogia deve analisar identificar, planejar intervir através das etapas de diagnóstico e tratamento.

O psicopedagogo se destaca como um profissional preparado para atender crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem, atuando na sua prevenção, diagnóstico tratamento clínico ou institucional. Podendo atuar em escolas e empresas ou clínicas.

O psicopedagogo na instituição escolar pode:

- Auxiliar os professores, ajudando-os na elaboração de um plano de aula para que os alunos possam entender melhor as aulas.
- Realizar um diagnóstico institucional para averiguar possíveis problemas pedagógicos que possam estar prejudicando o ensino-aprendizagem.
- Encaminhar o aluno para um profissional como psicólogo, fonoaudiólogo, etc. A partir de análises psicopedagógicas.
- Dialogar com os pais para fornecer orientações.
- Conversar com os alunos quando estes precisarem de orientação.

Já no atendimento clínico, o psicopedagogo, a partir do diagnóstico clínico, identifica as causas dos problemas de aprendizagens, utilizando instrumentos como provas operatórias e provas projetivas.

Sendo assim o tratamento poderá ser realizado com o próprio psicopedagogo ou com outro profissional.

São realizadas diversas atividades durante o tratamento, com o objetivo de identificar a melhor forma de o aluno aprender e o que poderá estar causando este bloqueio. Para isso, o psicopedagogo utilizará recursos como jogos, brinquedos, desenhos, contos de histórias, computador e outras situações que o ajudem.

Em algumas situações, a criança não consegue expressar seus problemas e é por meio de desenhos, jogos e outros materiais pedagógicos que auxiliam a sondagem desse profissional em relação ao educando, o uso desse material poderão revelar a causa de sua dificuldade. É a partir dos jogos que a criança



adquire maturidade, desenvolve raciocínio, concentra-se, aprende a ganhar e perder, fica mais atenta.

Para Sampaio (2011, p.1) “a escuta é fundamental para que se possa conhecer como e o que o sujeito aprende”.

O psicopedagogo também deve estar preparado para lidar com possíveis reações como, bloqueios, resistências e possíveis distúrbios que contribuam para a dificuldade de aprender conhecimentos sistemáticos.

## **3.2 Dificuldades de Aprendizagem no Processo de Alfabetização**

### **3.2.1 Dislexia**

De acordo com Sampaio (2011) a dislexia é um distúrbio na leitura que afeta a escrita, que se detecta normalmente na fase da alfabetização, período em que a criança inicia o processo de leitura de textos.

O problema mostra-se bem evidente quando a criança tenta soletrar letras com bastante dificuldade e sem nenhum sucesso. A criança pode apresentar desde pequena algumas características que se acompanhadas por pais e professores e especialistas poderá ser detectada precocemente, como:

- Demora em aprender a segurar a colher para comer sozinha, pegar e chutar bola, etc.
- Atraso na locomoção.
- Atraso na aquisição da linguagem.
- Dificuldade na aprendizagem das letras.

Com isso, pode-se dizer que a criança dislexa possui inteligência normal ou, muitas vezes, acima da média; sua dificuldade persiste em não compreender e identificar símbolos gráficos (letras e/ou números), dificultando seu aprendizado na leitura e escrita.

Este distúrbio abrange percepção, memória e análise visual.

### **3.2.2 Disgrafia**

Para Sampaio (2011), a disgrafia é também chamada de letra feia. Devido a uma incapacidade de relembrar a grafia. Ao tentar se recordar de seu grafismo, distorce as letras e assim a torna ilegível.

Podemos encontrar dois tipos de disgrafias tais como:

- Disgrafia motora (discaligrafia): a criança consegue falar e ler, mas encontra dificuldades na coordenação motora fina para escrever as letras, palavras e números.
- Disgrafia perceptiva: não consegue realizar a distinção entre o sistema simbólico e as grafias que representam os sons, as palavras e frases. (SAMPAIO, 2011).

### 3.2.3 Discalculia

Essa dificuldade de aprendizagem está relacionada com o conteúdo de matemática. Muitas crianças não compreendem os problemas que a professora passa para eles, sendo assim a matemática se torna um bicho de sete cabeças.

A dificuldade em aprender matemática pode ter várias causas e considerada um distúrbio da criança.

De acordo com Sampaio (2011) existem alguns distúrbios que poderiam interferir nessa aprendizagem:

- Distúrbio de memória auditiva:

A criança não consegue ouvir os enunciados que lhes são passados oralmente, sendo assim, não consegue assimilar os fatos.

Problemas de reorganização auditiva: a criança reconhece o número quando ouve, tem dificuldade em lembrá-lo com rapidez.

- Distúrbio de leitura:

Assim como os dislexos e outras crianças com distúrbios de leitura, eles apresentam dificuldades em ler o enunciado do problema, mas realizam o cálculo quando lido em voz alta.

- Distúrbios de percepção visual:

A criança pode trocar, por exemplo, 6 por 9, 2 por 5 etc. Por não conseguirem se lembrar da aparência do número, têm dificuldade em realizar cálculos.

- Distúrbio de escrita:

Crianças com disgrafia têm dificuldade em escrever letras e números.

A partir desses distúrbios pode - se dizer que a discalculia é um dos transtornos de aprendizagem que causa a dificuldade na matemática, mais esse não é causado por deficiência mental, nem por déficits visuais ou auditivos, nem por má

escolarização; por isso é importante não confundir a discalculia com os distúrbios citados.

Garcia (1998) classificou a discalculia em seis subtipos podendo ocorrer em combinações diferentes.

Assim o psicopedagogo pode ajudar a criança a elevar sua própria auto-estima valorizando suas atividades descobrindo qual seu processo de aprendizagem a partir de instrumentos que ajudarão em seu entendimento. Por meio de jogos que irão ajudar na seriação, classificação, habilidades psicomotoras, habilidades espaciais e contagem.

### **3.2.4 TDAH**

O transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico com causas genéticas que se inicia na infância e acompanha o indivíduo por toda sua vida. Caracteriza-se por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.

O diagnóstico é fundamentalmente clínico, sendo realizado por profissional que conheça totalmente o assunto.

O tratamento se baseia em medicamentos e se necessário acompanhamento de outros profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicopedagogos.

## CONCLUSÃO

A relação entre alfabetização e o letramento é essencial ao desenvolvimento da criança no ciclo inicial escolar, embora processos distintos, completem e se complementem, sendo indissociáveis.

É por meio da vivência no ambiente escolar e em sala de aula que ainda que não saiba ler e escrever da forma convencional, o aluno apropria-se, gradativamente do sistema de escrita, em um processo que supõe situações de aprendizagem que o levem a refletir sobre as hipóteses que constrói e reconstrói em relação ao sistema alfabético. Diante dessa complexidade, a mediação do professor é fundamental: cabe a ele investigar os conhecimentos prévios do aluno, escolher os textos que mais condizem com as necessidades cognitivas em determinados momentos e situações, organizar as atividades que melhor se prestam ao trabalho com o sistema de escrita, envolver os alunos no processo de ensino e aprendizagem e, sobretudo, buscar as informações necessárias para uma ação pedagógica eficaz.

E a partir desse envolvimento com o aluno, o professor irá investigar o seu desenvolvimento, analisando suas dificuldades de aprendizagem, buscando uma parceria com outros profissionais como o psicopedagogo.

A partir daí o psicopedagogo poderá auxiliá-lo ajudando-o a elaborar um plano de aula, para que os alunos possam compreender de uma forma mais clara, diagnosticar possíveis problemas pedagógicos que possam estar prejudicando a aprendizagem do mesmo, encaminhando-o se necessário para outros profissionais a partir desta análise.

Por meio deste estudo pode-se concluir que tudo que é feito ainda é pouco, pois a parceria destes profissionais não é tão eficaz na prática quanto na teoria, com isso é preciso conscientizar todos os profissionais relacionados, que essa parceria é

necessária e importante para o desenvolvimento do aluno tanto para a vida social quanto escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA J. J. Alfabetização e leitura. São Paulo: Cortez, 1994.

BATISTA A. A. G. et. al. Pró-Letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental : alfabetização e linguagem. Brasília: Ministério da Educação, secretaria da educação básica, 2008.

BOSSA, N. A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CÓDIGO DE ÉTICA, Aprovado em Assembléia geral. Julho, 2000. Disponível em: <http://www.abpp.com.br>>. Acesso em 20 abr. 2011.

CURTO, L. M; MURILO, M. M.; TEIXIDÓ, M. M. Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler. Porto Alegre: vol. 1, Artmed, 2000.

FERREIRO E. Cultura escrita e educação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita: Porto Alegre: Artmed, 1986.

FERREIRO, E. O momento atual é interessante porque põe a escola em crise. Revista Nova Escola, São Paulo: ed.197, novembro de 2006.

FERREIRO, E. O momento atual é interessante porque põe a escola em crise. São Paulo. Outubro. 2006. Disponível em

<<http://www.revistaescola.abril.com.br/linguaportuguesa/alfabetizacao-inicial/momento-atual>>. Acesso em 20 maio. 2011.

FREIRE, P. A Importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARCÍA, J. N. Manual de dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GURGEL, T. Vou alfabetizar todos eles até o fim do ano. Nova Escola. São Paulo: Abril, n.204, p.35- 43, agosto de 2007.

JOLIBERT, J e SRAIKI C. Caminhos para aprender a ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2008.

JOLIBERT, J. e JACOB J. Além dos muros da escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa / Brasil, Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

SAMPAIO, S. Sobre a psicopedagogia. Disponível em < [http://WWW.psicopedagogiabrasil.com.br/a\\_psicopedagogia.htm](http://WWW.psicopedagogiabrasil.com.br/a_psicopedagogia.htm) > acesso em 15 abr. 2011.

SILVA, E. T. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOARES M. B. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: A magia da linguagem. São Paulo: DP&A, 1999.

SOARES, M.B. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA R. J. Narrativas infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam. Bauru: USC, 1992.

VIGOSTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOSTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WEIZS, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002.